

"Estas coisas de que falo estão bem próximas de ti; já estão em tua boca e em teu coração, de modo que não te será difícil cumprí-las".

Frei Betto

1982

Deuteronômio 30, 14

Este texto, destinado mais propriamente aos agentes de pastoral comprometidos com a evangelização popular, trata do lugar e da importância da oração (pessoal e comunitária, mística e litúrgica) na vida desses agentes e de suas implicações políticas.

É notória a influência de animadores leigos, de religiosas, de padres e de bispos - os agentes de pastoral - junto aos membros das comunidades eclesiais de base. Eles ajudam as Cebbs a viverem e a expressarem a fé. Funcionam como intelectuais orgânicos na medida em que promovem, nas comunidades, a consciência do sentido do fazer e do saber delas. Exercem o papel evangélico de re-veladores, de quem colabora para tirar o véu que encobre a realidade, a fim de que todos apreendam a vida e a história como sacramentos de Deus. Por trás das aparências reside Aquele que só pode ser 'visto' pelos olhos da fé.

A questão que aqui interessa é saber em que medida os agentes estão sendo, simultaneamente, animadores da consciência política (no sentido amplo) das comunidades e da vivência do conteúdo da fé. Ou estariam estabelecendo, nas Cebbs, a defasagem entre consciência política e relação pessoal e comunitária com Deus? Pressupõe-se que a síntese entre vida de fé e compromisso político só é possível quando a prática pastoral é sustentada, realimentada, enraizada e refletida numa outra prática que assegura o caráter e a profundidade evangélica da primeira - a vida de oração.

Alguns agentes pastorais não sabem como adequar sua atividade junto ao povo com a necessidade da oração. Há um certo incômodo nessa relação. Os que foram formados "separados do mundo" experimentaram, no seminário ou no instituto religioso, uma espiritualidade derivada de tradições pagãs incorporadas à Igreja - que exaltava, como virtudes, o distanciamento frente às realidades terrestres, a indiferença diante da política, a ausência de conflitos e o medo perante tudo que significasse mudança social ou luta dos pobres por seus direitos. Essa maneira de entender o "ideal cristão" era tributária dos mosteiros medievais (no modo de vivê-lo) e da rejeição da Igreja ao racionalismo emergente no Renascimento (no modo de pensá-lo). O mundo no sentido joânico, como sinônimo da esfera do Maligno, era tudo aquilo que ficava além do claustro ou dos muros do convento. Buscar a perfeição cristã implicava em "deixar o mundo". Santificar-se era retrair-se, isolar-se, negar-se, submeter-se cegamente à autoridade dos superiores e, em consequência, à ideologia que por vezes eles apresentavam como protótipo da verdade e de ortodoxia católica.

É inegável que essa concepção, que trazia tantos valores em seu bojo, gerou grandes e heróicas figuras da vida da Igreja. Não se pode exigir do passado o que só as atuais condições permitem realizar no presente. Cada coisa deve ser compreendida em seu contexto.

O Concílio Vaticano II - aquecido pelos leigos da Ação Católica, pelas reformas litúrgicas e pelo movimento ecumênico - abriu portas e janelas nas estufas eclesiásticas, deixando entrar os novos ventos da história que limpavam a poeira que se acumulava no trono de Pedro - conforme expressão do bom Papa João. Uma nova realidade exige um novo modelo de Igreja. Os velhos símbolos foram, pouco a pouco, modi

ficados: caíram o latim da missa, o hábito e a batina, o jejum eucarístico, o costume frequente da confissão auricular, etc. Tais mudanças refletiam, à superfície, o novo modo de se entender a missão da Igreja. Enquanto uns resistiam, agarrados a um clericalismo que se afirmava mais como poder que como serviço, outros aderiam à "corrida ao mundo": deixavam os claustros, passavam a morar em pequenas comunidades abrigadas em apartamentos ou casas que, na aparência, em nada lembravam as antigas estufas e em tudo se assemelhavam à moradia das demais pessoas. Para esses, a brusca mudança de lugar social e de referências simbólicas provocou uma crise de identidade: libertos de estruturas que lhes asseguravam uma estável religiosidade, muitos agentes viram-se, de súbito, indecisos no novo contexto que os obrigava a ser sujeitos da própria vida e artífices da própria emulação religiosa. A perda das vestes eclesiásticas refletiu a descoberta da sexualidade questionando, na prática e na teoria, a disciplina do celibato. Os que se descobriam assumindo-o por vocação, e não por compulsão, perderam a insegurança de outrora frente ao sexo oposto.

2

Esse processo de "secularização" foi como a enxurrada que, em seu curso, carrega coisas úteis e inúteis. Na antiga estrutura, a vida de oração dos agentes estava muito ligada - e certamente condicionada - a um certo espaço de silêncio, de jardins frondosos, de corredores góticos, de capelas acolhedoras; e a um certo ritmo comunitário que, dispensando o trabalho fora, permitia a quase todos o cumprimento dos horários de breviário ou ofício, de missas e do calendário de retiros. A perda desses espaços e desse ritmo deixou al

guns agentes inseguros quanto à disciplina de oração. Esta parecia mais adequada ao universo religioso socialmente equiparado às condições de vida da burguesia, no qual a tranquilidade econômica da comunidade ou do padre era mantida mediante rendas de imóveis, de colégios ou de outros empreendimentos lucrativos. No novo estilo de vida os agentes viram-se na obrigação de ganhar o próprio sustento e já não havia os espaços ociosos de dilatação do espírito. A oração viu-se reduzida a uma prece comunitária antes do almoço, a uma rápida leitura do Evangelho ou à eventual participação em um ato litúrgico. Rezar habitualmente tornou-se tanto mais difícil quanto mais emergiam as exigências da pastoral popular.

Na periferia ou na zona rural, a vida atribulada, as longas distâncias, a casa aberta ao povo, os inúmeros afazeres (desde preparar reunião a cozinhar ou lavar), fazem com que, muitas vezes, a oração - pessoal ou comunitária - fique relegada a um momento raro e, quase sempre, discursivo. Não se experimenta a profundidade teológica do diálogo com Deus. Faz-se da oração uma reflexão. Em celebrações comunitárias abundam comentários eivados de racionalidade política que, se por um lado encarnam o Evangelho na realidade, por outro correm o risco de não abrir espaço para que o Espírito ressoe nos corações, na linguagem de amor que dispensa idéias e figuras. O hábito de racionalizar o litúrgico - símbolo do Mistério - faz com que, à falta de reflexão discursiva, o silêncio caia pesado entre a comunidade, tornando a celebração "arrastada" - quando o silêncio deveria ser o momento leve e saboroso de meditação interior. Se o agente pastoral não sabe conciliar racionalidade política com espiritualidade, seu discurso na celebração pode interferir hegemonicamente, transformando-a em espaço de proselitismo político. A celebração é reduzida ao discurso que obscurece

a percepção intuitiva do Mistério, o significado do sacramento, abafando as primícias da contemplação. Se o agente vive no pólo oposto, de separação entre espiritualidade e o que ele considera política, há o risco de se fazer da celebração um rito mecânico de legitimação da dominação social, na medida em que se reduz a apreensão da eficácia sacramental a um esforço espiritual privatizado, sem ressonância social, histórica, na linha da reatualização da presença viva de Jesus aqui e agora.

Isso vale para a oração pessoal quando restrita ao raciocínio meditativo ou à repetição incessante de fórmulas, impedindo que esses modos de rezar sejam tão somente ~~prelúdios~~ prelúdios de intimidade no Espírito, como as palavras que, no casal, precedem à silenciosa entrega no amor.

3

Há agentes pastorais que conseguem, ao orar, sobrepor-se espiritualmente ao burburinho da racionalidade e mergulhar na união amorosa com o Pai. A dificuldade existe para os que fazem de sua atividade pastoral mera estratégia de organização, de conscientização e de mobilização popular. Reduz-se a evangelização à conscientização. A fé, quando não fica relegada à esfera privada da pessoa, passa a ser também "politicamente" alimentada - a visão pastoral do trabalho e da sociedade predomina sobre a experiência teológica comunitariamente incrementada. Por vezes uma simples reunião de discussão de tarefas é considerada oração - modo grosseiro de batizar um ativismo que, sem dúvida, é importante, mas necessariamente não nutre a experiência teológica, assim como a prática não é capaz de, por si mesma, dotar o militante política de visão teórica livre de dogmatismo ou sectarismo.

Nem sempre é fácil articular a prática pastoral com a vida de oração. Esta parece não ter ainda encontrado o seu lugar próprio no novo universo dos agentes comprometidos com a pastoral libertadora. Nesta Igreja, são novas as práticas pastorais, o método e o conteúdo da catequese e da preparação aos sacramentos, o modo de se organizar a comunidade e de entender o seu papel, a forma de inserção social dos agentes; mas são ainda antigas as referências quando se trata de oração, de liturgia, de revitalização da vida teologal. Não se pode considerar espiritualidade certos hábitos, sinais e expressões religiosas que dão, à pastoral popular, legitimidade cristã e eclesial.

A Igreja dos pobres, se quer resgatar toda a Igreja, terá inevitavelmente que restaurar também os elementos essenciais da vida cristã e da identidade eclesial, como a liturgia e a experiência mística. Enquanto esses elementos perdurarem como característica exclusiva e nota dominante daqueles que, na Igreja, temem a irrupção libertadora dos oprimidos, será difícil falar em verdadeira renovação da Igreja. Em muitas comunidades eclesiais de base permanece a dualidade entre inovação pastoral e identidade canônica. A liturgia celebrada pouco tem a ver com a prática libertadora dos participantes. O celebrante mantém inalterado o rito tradicional, sem adequá-lo às expressões e aos símbolos próprios da comunidade local, embora introduzindo um discurso político que, por vezes, leva os fiéis a se perguntarem qual a relação entre o discurso (avançado) e a liturgia (tradicional) - tal a inadequação entre o significado (o sentido) e o significante (o rito). Daí o incômodo: a impressão de que se "aproveitou" da liturgia para fazer política. Isso reforça a posição dos que, na Igreja, rejeitam a pastoral popular e se consideram fiéis detentores da identidade eclesial e dos símbolos ortodoxos - pois neles não há

inadequação entre o sentido e o rito, na medida em que, tanto no que apregoam quanto no modo de celebrar, querem manter fundamentalmente inalterada a realidade. Nesses há mais "coerência", pois seu ritualismo desencarnado corresponde a seu discurso alienado. Assim, fica mais fácil compreender porque o recuo cristão frente ao social vem sempre acompanhado por uma predominância quase exclusiva do litúrgico, do devocional e do sacramental, bem como de um espiritualismo evasivo que confirma a desordem estabelecida. Essa é uma característica, por exemplo, dos movimentos cristãos integrados por membros da média e da alta burguesia.

4

A gente simples do povo que participa das Cebes gosta de rezar, e muito, e desconfia dos agentes que não valorizam o universo da fé. Esse povo não busca a Igreja, primordialmente, como núcleo de conscientização e de defesa dos seus direitos, mas sim como esfera do divino. Deus é quem lhes dá forças para enfrentarem as dificuldades da vida. A Igreja é o sacramento de Deus antes de ser portadora de uma esperança politicamente libertadora. Se o animador da comunidade articula, em sua vida, a visão de mundo com a comunhão com Deus, certamente ele ajuda os participantes a se abrirem, a partir da fé, às exigências sociais e políticas do Evangelho e a entenderem a íntima relação que existe entre conversão pessoal e transformação das estruturas iníquas. Todavia, se o agente é mero funcionário da religião, sem motivação espiritual manifesta, entretido exclusivamente com as atividades políticas da pastoral, não é de se estranhar que a comunidade se divida entre os que se afastam para procurar - em outra paróquia, Igreja

ou seita - a esfera do divino, e os que, à exemplo do agente, reduzem sua espiritualidade à racionalidade pastoral: uma certa maneira 'cristã' de compreender a sociedade, a história e os homens e que, sem dúvida, é necessária e positiva, mas que não chega a ser cientificamente suficiente (pois exige mediações sócio-analíticas) e nem substitui ou dispensa a espiritualidade enquanto modo de se viver, nesta realidade, o conteúdo da fé, a experiência do Deus vivo.

A pastoral não pode limitar-se a ser uma 'visão cristã da realidade' ou um meio de articulação política dos setores da Igreja. Embora fatores históricos e conjunturais tenham, muitas vezes, influido nesse sentido, essa é a melhor maneira de decretar, a longo prazo, a sua falência como presença evangelizadora na sociedade. Se não se parte da pertença à Igreja (e, portanto, à pastoral) como adesão consciente a Jesus Cristo e submissão moral ao projeto do Pai, uma simples 'visão cristã da realidade' não resistirá, no futuro, às explicações científicas elaboradas num universo ateu. Da mesma forma, fazer da pastoral um espaço excludente de articulação popular, sindical ou política é encobrir sua especificidade evangelizadora e impedir que se descubra o movimento popular, o sindicato e o partido político como esferas que têm o seu peso e a sua importância próprias. A pastoral só concorre com essas esferas na medida em que perde a própria identidade e se confunde com uma delas. Essa é, sem dúvida, uma tendência de cristandade às avessas.

Diante de tais riscos, os agentes devem se perguntar se estão de fato evangelizando - não apenas no sentido de converter o povo ao futuro libertado - mas também a Jesus Cristo, a cuja causa libertadora se adere na mística que brota da vida no Espírito. É óbvio que a pastoral exige certa racionalidade política, pois a es-

perança evangélica quer encarnar-se na concretude histórica, ainda que permanentemente aberta à transcendência. A manifestação da fé e de sua articulação doutrinária refletem, numa conjuntura, ideologias, situações de classes, opções políticas e idiosincrasias. Porém, deve-se evitar o risco de reduzir a pastoral à tarefas políticas; de considerar a Igreja uma espécie de supra-partido político que se julga no direito de exigir dos demais uma integridade e uma coerência que ela mesma está longe de possuir; de querer que a Igreja seja uma espécie de grupo ou partido político que, no campo das propostas, compete com os outros; de transformar a Pastoral Operária numa tendência sindical 'cristã' que, no movimento sindical, articula eleições, chapas e programas; de fazer da Pastoral da Terra mera articulação de denúncias e de conflitos na zona rural.

Não se trata de 'recuar' frente às possibilidades de trabalho. Trata-se de impedir uma cristandade às avessas e, portanto, de não abrir o espaço necessário para que o povo crie os seus instrumentos específicos de luta popular, sindical e política - mantendo-se, por sua fé, neste espaço exclusivo de nutrição e de celebração da vida cristã que é a Igreja e suas organizações pastorais. A pastoral, por sua própria natureza, rigorosamente não comporta um projeto sindical ou político. É explicável que, em certas situações que se reproduzem na América Latina, os pobres tenham na pastoral quase que o único espaço onde dar concretude política às suas esperanças libertadoras. Mas não se deve perder de vista o caráter subsidiário, provisório, desse papel exercido pelo espaço pastoral - tanto em benefício da libertação dos oprimidos (projeto que vai além da Igreja e exige a participação de todo o povo, independente de suas crenças religiosas), como em benefício da pastoral (proje-

to que vai além da estratégia política e exige aprofundamento na vida de fé).

5

A atividade pastoral refere-se ao nível do Sentido - permite entender a história sob a ótica das promessas de Deus e, nela , cultivar as sementes de Seu Reino. Este Sentido é personalizado e historicamente realizado em Jesus Cristo, ^{a cuja intimidade,} ~~o~~ ~~o~~ o Espírito convida as pessoas pela graça e pelo testemunho profético da Igreja. Já a atividade política refere-se ao nível do projeto concreto de organização da sociedade e da sua direção ideológica. O discurso pastoral é acentuadamente ético: evidencia a dimensão evangélica da libertação, mas não diz como, quando e de que maneira ela se dará nesta conjuntura ou nesta formação social (isso é próprio da política). A pastoral conclama à fraternidade, mas não organiza ações eficazes que quebram as barreiras que a dificultam (isso é próprio da política). A pastoral incentiva a união do povo, mas não coordena os mecanismos ^{capazes} ~~de~~ de efetivá-la (isso é próprio da política). O fato de algumas pastorais atreverem-se a realizar o que é próprio da política justifica-se considerando situações locais ou históricas em que esse é o único recurso capaz de impedir a frustração dos anseios e das esperanças do povo. Entretanto, não se pode fazer, da exceção, uma regra, sob pena de provocar, na cabeça do povo, confusão entre Igreja e Estado, pastoral e política, ideologia e fé. Não raramente essa confusão decorre do projeto de neocristandade de certos agentes pastorais : querem sim construir uma sociedade nova, mas sob hegemonia do poder eclesial. Só confiam nos frutos políticos semeados na pastoral. Daí a desconfiança que nutrem por toda atividade política

que não tem nenhuma vinculação com a esfera pastoral e nem se identifica com seu discurso ético-religioso.

O fato de a pastoral ter seu raio próprio de ação, politicamente limitado, não significa que ela seja incompleta. Ela é politicamente insuficiente, assim como a política tem seu raio de ação e é insuficiente para responder aos anseios espirituais do ser humano e às indagações de sua subjetividade atraída pelo Absoluto. É próprio da pastoral articular, na vida dos cristãos, a fé com as questões sociais, econômicas, ideológicas e políticas. Porém, em sua vida o cristão necessita dos meios adequados para, à luz do Sentido, compreender a realidade (mediação sócio-analítica) e transformá-la (movimentos popular, sindical, político). E esses meios são encontrados fora da Igreja. Com eles não se pode ter uma relação de concorrência ou exclusão, mas sim de complementação. O cristão que é militante de um partido jamais esperará encontrar, em seu núcleo político, as condições adequadas ao aprofundamento e à explicitação de sua intimidade com Deus. Da mesma forma não cabe à sua comunidade eclesial definir-lhe a tática e a estratégia políticas. No entanto, as duas dimensões são essenciais à vida da mesma pessoa.

O fato de muitos agentes terem recebido formação clericalista, na qual o espiritual se contrapunha ao político, faz com que agora haja uma inversão do dualismo: são quase que exclusivamente agentes políticos, relegando à vida privada os fatores de animação e de aprofundamento da fé. Outros permanecem acentuadamente religiosos em seu trabalho popular e não sabem como introduzir nele a racionalidade política - da qual, por vezes, desconfiam como fator de ameaça à fé. Enquanto estes últimos formam militantes pastorais avessos ao engajamento na luta por justiça e que fazem da espiritualidade um refúgio, os primeiros formam militantes pastorais muito bem inseri-

dos no processo político, mas cuja identidade cristã não se traduz em atualização catequética ou teológica, em vida de oração, em participação sacramental assídua e, sobretudo, não se manifesta em atuação apostólica no sentido explícito de anúncio da fé e convite ao seguimento pessoal de Jesus.

Dentro da pastoral popular, nem sempre se sabe como lidar com o "especificamente religioso" fora de uma eventual participação litúrgica. Esse "especificamente religioso" fica como um carimbo ("somos da pastoral") ou uma condição de vida ("sou padre, sou religiosa") ou ainda uma atitude ética ("procuro fazer o bem"). O acento, entretanto, recai sobre a racionalidade política, a visão crítica da realidade, as lutas populares, sindicais ou partidárias. Isso seria correto se a pastoral, por sua natureza e estrutura, pudesse complementar a militância política - mas a proposta evangélica não coincide exatamente com um projeto político. A atividade pastoral deve necessariamente ser complementada pela mediação teórica das ciências da história e pelos instrumentos próprios da luta política. Quando se ignora essa exigência tão importante (tanto para a pastoral quanto para a política) envereda-se por um desvio perigoso: a ideologização da fé cristã. Ideologizar a fé é colocá-la ao nível das demais ideologias, como mera explicação do mundo, como base filosófica de propostas políticas, como suporte ético de uma racionalidade, destituindo-a de conteúdo: o conhecimento experimental, íntimo e amoroso do Deus que, em Jesus Cristo, se revela como Pai e envia Seu Espírito. São ideologizações da fé tanto a visão conservadora da cristandade - que propõe a doutrina da Igreja como filosofia política socialmente hegemônica -, quanto o reducionismo progressista que considera todo revolucionário um cristão exemplar. Daí brotam certos

desvios em voga: a tendência a considerar a Igreja como uma espécie de supra-partido político; a desconfiança frente aos outros partidos "concorrentes"; a redução da pastoral ao movimento popular ou sindical; a dificuldade de se trabalhar com quem não possui a "ideologia pastoral"; a ausência de trabalho apostólico direto; o desconcerto perante a mística e a oração litúrgica; a pretensão de considerar que só os homens de Igreja são equilibrados, têm bom-senso e são imunes às influências ideológicas, etc.

Em termos de futuro, essa postura encerra graves riscos. Os militantes cristãos, acostumados a ter na racionalidade pastoral a única e verdadeira racionalidade política, poderão sofrer profunda crise quando descobrirem as mediações sócio-analíticas e constatarem que existe, fora do universo religioso, uma sistematização teórica do social, da história, do mundo, muito mais científica, lógica e politicamente eficaz que a da racionalidade pastoral. Tendem a assumir a militância exclusivamente política como alternativa à militância exclusivamente pastoral. Sairão da Igreja para ingressar no partido. Abandonarão a fé por descobrirem a ideologia científica. Só os agentes que detêm, na instituição eclesial, uma posição de poder, resistirão à crise - pois todo poder que não emana do veredicto popular tende a reduzir a pessoa à função, de tal modo que o exercício da função de poder passa a ser a identidade social da pessoa. Nesse caso, a perda da função e, portanto, do poder, é pior do que a morte.

A contradição acima é estimulada na medida em que o militante cristão se vê forçado a afastar-se da comunidade de fé por ter assumido, ~~m~~ dizia o Papa Paulo VI, "a mais perfeita forma de caridade: a atividade política".

A dificuldade maior dos agentes pastorais não reside propriamente na falta do instrumental sócio-analítico capaz de complementar a racionalidade pastoral, impedindo a ideologização da fé. Reside sim na falta de clareza a respeito da natureza e do caráter da atividade pastoral. O que funda e justifica a pastoral, constituindo-se em seu sentido e objetivo por excelência é o testemunho profético da presença viva, amorosa e libertadora de Deus, com o qual se tem uma relação muito pessoal nutrida, refletida e celebrada na comunidade eclesial. Esta percepção mais profunda captada sistematicamente pela teologia, é apreendida vivencialmente - como dinâmica de amor - nesta prática que dilata a fé, abre o coração e subverte a vida: a oração.

A pertença à Igreja e, portanto, à pastoral, não se justifica por razões políticas sérias, embora possa haver vinculações oportunistas. A razão primeira é a adesão a Jesus. Através de várias coordenadas históricas - família, formação, escola, grupos de jovens, movimentos pastorais - a pessoa sente-se impelida pela graça de seguir e de anunciar Jesus Cristo. Deus irrompe na vida humana. Referindo-se ao encontro de Simão e André com Jesus, São João registra que "eram quatro horas de tarde, aproximadamente" (Jo 1, 39). Cada cristão sabe quando souu a sua hora. Apreende, no coração, a verdade da fé: o Senhor Jesus ressuscitou e vive entre nós. Por Sua Palavra, revela a vontade do Pai e o Seu projeto fundamental à história humana. Aqueles que se abrem a Seu Espírito, ingressam no longo, fascinante e insaciável aprendizado do amor. "O amor é de Deus e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus" (1 Jo 4, 7).

É na oração que se acolhem e ressoam a Palavra e o amor de Deus. A fé tanto mais se desideologiza quanto mais é fertilizada pelo Espírito que reza em nós (Rom. 8, 26-27). Essa resposta humana à vida divina estabelece a relação interpessoal entre o homem e Deus e cria as condições favoráveis à práxis teológica, ou seja, às atividades pastoral e política que se dão sem perda do referencial evangélico. Sem dúvida isso exigirá, dos agentes pastorais, uma redescoberta do modo de rezar nessa nova maneira de ser Igreja nas comunidades eclesiais de base. Isso supõe assumir a oração dentro do ritmo atribulado de vida, abandonando a nostalgia dos espaços silenciosos, dos jardins frondosos e dos retiros prolongados. Todavia, um mínimo de disciplina é exigido, assim como se encontra tempo, a cada dia, para alimentar-se e dormir. É fato que não se percebe imediatamente a "eficácia" da oração e adiá-la não produz fome e cansaço como deixar de comer ou dormir. Ora, é justamente isto que a Igreja deve testemunhar: a gratuidade de Deus e a possibilidade de acolhê-Lo na intimidade humana.

A Igreja pode ser politicamente necessária à construção da sociedade futura, mas, em princípio, ela não é politicamente necessária. Estar nela por uma questão de eficácia política é desconhecer o valor e o sentido dos instrumentos próprios da luta política. Só uma Igreja capaz de assumir a sua missão profética a partir - não da vontade de produzir sinais ou de provar sabedoria - mas do anúncio de "Cristo crucificado que, para os judeus, é escândalo e, para os gentios, é loucura" (I Cor. 1, 23) afirma-se como comunidade necessária àqueles que buscam o espaço de dilatação e aprofundamento da fé. Esta deve ser a motivação primeira de todos que a buscam e nela se integram. No tempo vindouro em que a organização política da sociedade permitir que o povo tenha os seus espaços e instrumentos próprios de conscientização, união e mobilização, sem neces

cidade da Igreja ou das promoções pastorais tais como são entendidas hoje, a Igreja só subsistirá como sal, fermento e luz entre o povo na medida em que testemunhar, como Jesus, o amor como compromisso desinteressado de serviço libertador.